

Comunicação & Cultura

n.º 8 | outono-inverno 09

COMUNICAÇÃO & CULTURA

Directora

Isabel Capelo Gil

Editor

José Alfaro

Conselho Consultivo

Andreas Huyssen (Columbia University), Ansgar Nünning (Justus-Liebig-Universität Giessen), Arjun Appadurai (New York University), Gabriele Brandstetter (Freie Universität Berlin), Elisabeth Bronfen (Universität Zürich), Marcial Murciano (Universitat Autònoma de Barcelona), Christiane Schönfeld (Huston School of Film, National University of Ireland), Michael Schudson (Journalism School, Columbia University), Michel Walrave (Universiteit Antwerpen), Barbie Zelizer (Annenberg School for Communication, University of Pennsylvania)

Conselho Editorial

Ana Maria Costa Lopes, Ana Gabriela Macedo, Aníbal Alves, Carlos Capucho, Estrela Serrano, Fernando Ilharco, Isabel Ferin, Jorge Fazenda Lourenço, José Augusto Mourão, José Miguel Sardica, José Paquete de Oliveira, Manuel Pinto, Maria Augusta Babo, Maria Luísa Leal de Faria, Mário Jorge Torres, Mário Mesquita, Rita Figueiras, Roberto Carneiro, Rogério Santos

Conselho de Redacção

Carla Ganito, Catarina Duff Burnay, Fátima Patrícia Dias, Maria Alexandra Lopes, Nelson Ribeiro, Verónica Policarpo

Arbitragem

Aníbal Alves, Carlos Capucho, Fernando Ilharco, Isabel Ferin, Jorge Fazenda Lourenço, José Augusto Mourão, José Paquete de Oliveira, José Miguel Sardica, Manuel Pinto, Maria Augusta Babo, Maria Luísa Leal de Faria, Mário Jorge Torres, Rita Figueiras, Roberto Carneiro, Rogério Santos

Coordenação deste número

José Miguel Sardica

Revisão

Conceição Candeias (revisão em língua portuguesa)

Edição

Com uma periodicidade semestral, *Comunicação & Cultura* é uma revista do Centro de Estudos de Comunicação e Cultura (Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa), editada por Bond – Books on Demand. O CECC é apoiado pela FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Artigos e resenhas

A revista *Comunicação & Cultura* aceita propostas de artigos para publicação que se enquadrem na área das Ciências da Comunicação e da Cultura. Todos os elementos relativos a essas colaborações – normas de apresentação de artigos, temas dos próximos números, princípios gerais de candidaturas, contactos e datas – devem ser consultados no final desta publicação.

Assinatura anual

Custo para Portugal e Espanha: 20 euros. Para outros países, contactar a editora. Os pedidos de assinatura devem ser dirigidos a: bond@bond.com.pt | www.bond.com.pt

Impressão: Rolo & Filhos II, SA | Depósito legal: 258549/07 | ISSN: 1646-4877

Solicita-se permuta. Exchange wanted. On prie l'échange.

Comunicação
& Cultura

n.º 8 | outono-inverno 09

imagens da república

Índice

Editorial

Imagens da República.....	9
JOSÉ MIGUEL SARDICA	

dossier	25
----------------------	----

Imagens breves do republicanismo nos textos de imprensa

de Eça de Queirós	27
ANA TERESA PEIXINHO	

No presente artigo, analisaremos alguns textos de imprensa de Eça de Queirós, em que o escritor/jornalista expressa opiniões sobre a República, o republicanismo ou o partido republicano. Apesar de não ser um nome que tivesse tido intervenções de relevo no movimento republicano, tendo, como é do conhecimento público, morrido alguns anos antes da implantação da República no nosso país, o certo é que, em cartas, crónicas e panegíricos, o escritor deixa transparecer certas visões, marcadas pela informalidade, sobre as qualidades e os defeitos do novo regime, em germinação há já algumas décadas. Cotejaremos textos epistolares, publicados em jornais na década de 70, com textos posteriores, publicados em revistas a partir do estrangeiro. Esta comparação revelar-se-á muito útil para percebermos algumas revisões de valores e alterações de ideias no que à política diz respeito. De facto, se inicialmente a sua ligação às Conferências do Casino, a sua adesão ao socialismo prodhouniano e a sua ligação a certas personalidades, como Ramalho Ortigão ou Teófilo Braga, podiam indiciar alguma simpatia pelo movimento republicano, os textos escritos na década de 90 são muito esclarecedores quanto ao seu posicionamento ambíguo. No fim de século, Eça é um ven-

cido, um céptico e um desiludido. Como a análise dos textos demonstrará, nenhum dos regimes em causa é visto como saída para o grave estado de crise, apatia e letargia do país.

Palavras-chave: Carta-pública, Conferências do Casino, Socialismo, Republicanismo, Espaço público, Monarquia

«Saúde e Fraternidade»: ao serviço da República nos Açores.....47

SUSANA SERPA SILVA

Tendo os Açores desempenhado um papel notável durante o árduo percurso de afirmação do regime liberal, importa compreender porque nada de semelhante aconteceu aquando da implantação da República, ainda que alguns notáveis republicanos fossem de origem açoriana. Não obstante o republicanismo ter colhido alguns simpatizantes e defensores no arquipélago, não se poderá afirmar que teria raízes profundas, mesmo quando o movimento, em geral, passou a difundir os seus ideais através de uma campanha mais premente e organizada, aproveitando importantes efemérides nacionais. Nas ilhas, as atenções gravitavam em torno da preocupante questão económico-social, e daí as reivindicações autonomistas, que, curiosamente, acabaram também por ser acalentadas pela doutrina republicana de pendor federalista. Em suma, tomando como base primordial a imprensa local, procuramos traçar o perfil dos factos e das ideias dominantes e emergentes no arquipélago – com destaque para as ilhas de São Miguel e Terceira – nas vésperas da revolução republicana e nos tempos subsequentes à implantação do novo regime.

Palavras-chave: Republicanismo, Implantação da República, Açores

Portugal perante a Guerra. Argumentação e eficácia persuasiva
na escrita de João Chagas 71

NOÉMIA MALVA NOVAIS

Portugal perante a Guerra: Subsídios para uma página da história nacional é o título do panfleto intervencionista, da autoria de João Chagas, publicado em 1915, em Portugal, que escolhemos analisar por entendermos que, através da sua análise, é possível descodificar uma das imagens possíveis da I República. Trata-se de um documento extenso, no qual João Chagas se dirige a um auditório universal (os portugueses), procurando persuadi-lo e convencê-lo de que a melhor opção política de Portugal é intervir na guerra, ao lado dos aliados, contra o império germânico. Dado que, neste panfleto, a retórica se impõe como arte, para a sua análise recorreremos às teses de vários autores, como Perelman, Toulmin e ainda Nietzsche, para quem a retórica é republicana.

Palavras-chave: João Chagas, Portugal, Grande Guerra, Panfleto, Intervencionista, Retórica

Um cartaz espantando a multidão.

António Ferro e outras almas do modernismo banal 89

LUÍS TRINDADE

«A alma de António Ferro é um cartaz espantando a multidão», garantiu o próprio Ferro no prefácio que escreveu para a sua *Teoria da Indiferença*, em 1920. Ferro era, no início dos anos de 1920, o autor mais visível do processo de vulgarização do modernismo após *Orpheu*: nessa altura, um modernismo banal foi-se formando em jornais, magazines e novelas populares. O uso constante de metáforas familiarizou o público com uma série de tropos que pretendiam descrever em que consistia a vida do século xx. No essencial, tratava-se de uma insistência em imagens sobre a frivolidade e a sofisticação da mulher («as bonecas são os livros das mulheres») e sobre a modernidade tecnológica («a arte é a luz eléctrica da vida»), sobretudo no que dizia respeito às novas máquinas de reproduzir imagens. Ferro não estava só enquanto *poster*: o papel *couché* era o «ecrã dos magazines», as novelas podiam ser «*kodaks* instantâneos», enquanto Madame Film, personagem de outro livro de Ferro, tinha um «corpo em *film*, todo movimento». Este artigo pretende sugerir que os jogos metafóricos entre as palavras e as imagens foram um momento decisivo num processo mais geral de mudança na hegemonia política do campo cultural, em que precisamente as imagens desafiaram o poder tradicional das palavras. Quando Ferro garantiu, como novo director da *Ilustração Portuguesa*, em 1921, que o seu magazine inventaria Lisboa, estava simplesmente a iniciar um processo no qual Portugal seria reinventado através de imagens, como ficaria claro, na década seguinte, com a propaganda do Estado Novo.

Palavras-chave: Modernismo, Cinema, Hegemonia, Imprensa, Civilização escrita

Ditadura ou Revolução?

A herança política e os caminhos

incertos dos herdeiros da I República 103

LUÍS FARINHA

Em 1910, a I República deu corpo às aspirações regeneradoras e patrióticas de um alargado bloco social e político que combatia o decadentismo finissecular e se comprometia, com empenho «missionário», a salvar o país do «atraso português». Porém, desde cedo se verificou que era frágil esse compromisso histórico firmado em 1908-1910 em torno da democratização e da modernização do país. No final da guerra, os republicanos democratas procuraram refundar a República, mas cedo perceberam que a «ditadura era inevitável», sem que conseguissem inverter a situação. Em 1925-1926, limitaram-se a transmitir «legalmente» o poder aos militares, em nome de uma «ditadura temporária regeneradora». Nos anos seguintes, organizaram uma resistência poderosa à Ditadura, mas não conseguiram vencer os ventos da

História. Constrangidos por formidáveis dificuldades, os homens abdicaram, por muitos anos, da liberdade em nome da ordem.

Palavras-chave: República Constitucional, Democratização, Partidos políticos, Ditadura (temporária e regeneradora), Revolução, Resistência Republicana (Revirvalho)

outros artigos..... 125

On the manifold prefiguration/premediation of the representation
of reality in the travelogue: An outline of a narratological theory,
typology and poetics of travel writing.....127

ANSGAR NÜNNING

Nas últimas décadas, a literatura de viagens tornou-se um tópico importante dos estudos literários e culturais. Porém, o género permanece relativamente negligenciado, quando comparado com os «géneros principais» da literatura, e as suas características poetológicas mal definidas. O presente artigo visa preencher esta lacuna ao propor um redesenho da teoria narratológica, da tipologia e da poética da literatura de viagens. Em primeiro lugar, demonstrar-se-á o modo como o relato de viagens, longe de espelhar uma representação directa da realidade, é antes prefigurado e remediado através de uma grelha genérica de factores intertextuais e culturais, à luz do círculo mimético de Paul Ricoeur (prefiguração, configuração, reconfiguração). Com base neste pressuposto, propõe-se um modelo de narratologia e comunicação para o relato de viagens, atentando no processo de transformação dos episódios de viagem numa narrativa com sentido. Tendo estabelecido o papel dos eixos paradigmático, sintagmático e discursivo neste processo, distinguem-se as quatro categorias do relato de viagens segundo uma gradação de auto-reflexividade: narrativas documentais, realistas, revisionistas e metaficcionalis. O artigo termina com considerações acerca das potencialidades deste tipo de ficções, delineando um horizonte de perspectivas e desejos futuros.

Palavras-chave: Literatura de viagens, Prefiguração, Premediação, Representação narrativa e transformação da realidade, Narratologia, Tipologia, Poética, Metanarrativas de viagem

História, vida, liberdade e responsabilidade..... 151

JOSÉ MIGUEL SARDICA

From Q&A to *Slumdog Millionaire* – it's written..... 161

LAURA FERNANDA BULGER

Neste ensaio, tenta-se analisar a adaptação fílmica do romance de Vikas Swarup *Q&A*, publicado em 2005. *Quem Quer Ser Milionário*, de 2008, foi diri-

gido pelo cineasta britânico Danny Boyle. Três anos após a sua publicação, o romance de Vikas Swarup transformou-se num extraordinário êxito, tendo recebido prémios sucessivos, incluindo o de Melhor Filme de 2009, pela Academia de Hollywood. O êxito não resultou de uma forte «estratégia de mercado»; deveu-se, em grande parte, à direcção de Danny Boyle e à sensibilidade do argumentista Simon Beaufoy, dois dos vencedores numa equipa talentosa de actores e técnicos de cinema. Um filme sobre a Índia, feito por antigos colonizadores, a partir de um livro escrito por um autor indiano, cuja visão sobre a Índia actual está longe de ser simpática, terá exigido tanto saber no domínio da cinematografia como argúcia diplomática.

Palavras-chave: Pós-colonialismo, Filme, Ficção, Império Britânico, Índia, Bombaim

entrevista	173
República e republicanismo: passado, presente e futuro – entrevista a Manuel Braga da Cruz	175
JOSÉ MIGUEL SARDICA	
recensões	189
Rita Curvelo, <i>Marketing das Artes em Directo</i> (CÉLIA CAEIRO)	
Matthias Fischer, <i>Guilherme II: O Último Imperador da Alemanha</i> (ISABEL CAPELOA GIL)	
montra de livros	199
teses defendidas	205
agenda	209
abstracts	213
próximos números	219
normas para o envio de artigos e recensões	224

Editorial

Imagens da República

JOSÉ MIGUEL SARDICA *

Se se fizer o levantamento da evolução semântica do vocábulo «República», deparar-se-á com uma polissemia tão diversificada que, à primeira vista, parece ser inviável reduzi-la a um horizonte comum.

CATROGA, 1991: 167

1.

A I República Portuguesa – cujo centenário se evocará em Outubro de 2010 – é ainda hoje um período da história contemporânea do país muito marcado pelas polémicas e pelos confrontos que suscitou, e que desde então lhe dificultam as tentativas de análise e compreensão serenas. Sobre o regime de 1910-1926 e sobre as suas figuras mais representativas impendem visões demasiado marcadas pela ideologia e pelos pressupostos (ou preconceitos) de cada observador, criando tantos discursos quantas as «Repúblicas» que cada um julga ou acredita terem existido durante aquele arco temporal, ou que melhor se enquadram nas leituras político-históricas que foram sendo feitas.

Esta vivacidade e controvérsia é tanto produto das circunstâncias e do legado da primeira experiência republicana portuguesa quanto testemunho da irreduzível polissemia da própria palavra «república» e dos entendimentos que a História,

* Professor auxiliar da Faculdade de Ciências Humanas e investigador do Centro de Estudos de Comunicação e Cultura da Universidade Católica Portuguesa.

a Ciência Política, a Filosofia ou o Direito dela têm. O popular *Oxford Concise Dictionary of Politics* lembra a sua origem latina e define-a simplesmente como «a state without a king» (McLean, 1996: 428). Roger Scruton, no seu *Dictionary of Political Thought*, entende-a etimologicamente como «the public thing» e politicamente como «any state that is not a monarchy, or any non-monarchical federated part of a state which retains sufficient autonomy to exercise its own jurisdiction» (Scruton, 1982: 402). Andrew Heywood também identifica «república» com «rejection of monarchical ou dynastic principles», precisando tratar-se de um ideal-tipo no qual «authority stems ultimately from the consent of the people» (Heywood, 1997: 412), numa aproximação da *forma* da «república» à *substância* da democracia liberal que esteve longe de reunir consenso na história política ocidental. Ao longo dos séculos, da Roma antiga a Maquiavel ou a Guicciardini, dos *Commonwealthmen* (ou *Real Whigs*) ingleses aos iluministas franceses e aos *Founding Fathers* americanos, dos radicais jacobinos ao idealismo positivista, dos liberais e democratas aos conservadores e neo-republicanos, o vocábulo «república» teve infinitas interpretações possíveis e muitas vezes contraditórias: «Significou o bem comum e a virtude, foi palavra para designar o Estado e a comunidade, ficou associada aos direitos do homem e à soberania popular e assimilou as ideias de separação de poderes e até de liberdade religiosa. Mas esteve sempre presente, com maior ou menor destaque, desde os primórdios da história das ideias» (Pinto, 2001: 465).

Num certo sentido, a I República Portuguesa só recentemente começou a ser estudada, depois de décadas a fio em que foi sobretudo usada. Usada, em primeiro lugar, pelos ideólogos que a propagandearam, na segunda metade do século XIX, como arma de arremesso e de pressão esquerdizante contra a oligarquia constitucional-monárquica, que denegriam como imobilista, reaccionária e responsável pelas «trevas» culturais e pelo atraso socioeconómico em que a nação mergulhara, à sombra da «paz podre» da Regeneração; usada, depois, pelos políticos que ocuparam o poder entre 1910 e 1926 para nele se entrincheirarem, reclamando só eles serem os «verdadeiros» e «puros» republicanos, e para a partir dele ostracizarem toda a diferença e oposição política, segundo o chavão corrente de que a República só poderia pertencer aos republicanos; usada, de seguida, pela direita da Ditadura Militar e pela cultura política do salazarismo, para provar que a democracia à portuguesa fora afinal uma demagogia parabolchevique, uma anormalidade a-histórica, e que, portanto, melhor era que os portugueses vivessem «habitualmente», à sombra da autoridade e da ordem antiliberais e antidemocráticas; usada, também, por muitos dos que alimentaram a oposição ao salazarismo, como força inspiradora, como uma espécie de *ready-made symbol* que servia para classificar o Estado Novo como um infeliz retrocesso que cortara o caminho da modernidade e

da democratização portuguesas; usada, finalmente, como ingrediente do «espírito de Abril» (ao lado de outras motivações providas da extrema-esquerda comunista ou trotskista) e, algures entre a história e a política, para motivar discursos de esquerda ou de direita na dicotomia ideológica que se abriu em Portugal depois de 1974.

Acriticamente glorificada ou condenada, consoante se optava pela visão apologética da utopia intelectual ou pela visão demoníaca do regime político, a I República tornou-se um tópico que atravessou o século xx, projectando a sua sombra sobre as II e III Repúblicas (o Estado Novo e a Democracia que hoje nos rege), e extremando posições. Os admiradores recordam-na como uma história de luta e triunfo de visionários democratas bem intencionados que se ergueram contra uma Monarquia caduca e despótica e que, incorruptíveis e incompreendidos, morreram politicamente atraído por reaccionários e vendilhões do templo; os mais críticos, em contraste, salientam o quanto a República de 1910-1926 nunca passou de um estado de excepção estruturalmente revolucionário, de uma guerra civil larvar, em que uma vanguarda jacobina e intolerante manejava uma ditadura de massas, fazendo viver o país num regime pouco democrático, bem menos pluralista até do que fora o constitucionalismo monárquico, e cuja factura Portugal passou décadas a pagar. Entre os clássicos, José Lopes de Oliveira ou Carlos Ferrão escreveram em defesa da «pureza das intenções» republicanas, injustamente «deturpadas» depois de 1926 (Ferrão, 1963: int.); em radical contraponto, João Ameal classificou o regime republicano como nada mais que uma «balbúrdia sanguinolenta» e uma «aberração ideológica», que quase matara «o Portugal cristão e imperial» (Ameal, 1940: 759 e 781).

Foi na década de 1970, *grosso modo*, que a I República começou a ser sujeita ao óculo de uma historiografia que, sem ser imparcial, não era pelo menos parte (demasiado) interessada na santificação ou na demonização do regime. David Ferreira, A. H. de Oliveira Marques, Fernando Medeiros, Manuel Villaverde Cabral, Armando de Castro, Fernando Catroga ou Vasco Pulido Valente desbravaram o caminho e apresentaram os primeiros estudos e sínteses interpretativas, com enfoques e resultados diferentes entre si. David Ferreira redigiu uma das primeiras histórias políticas «modernas» da I República, ultrapassando Carlos Ferrão e porventura inspirando Douglas Wheeler – que é, até hoje, conjuntamente com Richard Robinson, Stewart Lloyd-Jones ou Hipólito de la Torre Gómez, uma das poucas referências estrangeiras do estudo da I República Portuguesa (Ferreira, 1973; Wheeler, 1985). Oliveira Marques, Fernando Medeiros, Villaverde Cabral e Armando de Castro preocuparam-se em perceber que estruturas de base, que dinâmicas sociais, que clivagens classistas e que estrangulamentos económicos a

I República criara e expressara, no trânsito da passada Monarquia para o futuro Estado Novo (Marques, 1980, 1981; Medeiros, 1978; Cabral, 1988; Castro, 1979). Fernando Catroga, depois seguido por Amadeu Carvalho Homem, elaborou um largo retrato compreensivo da formação e do desenvolvimento ideológicos da ideia republicana, muito antes de ela ter vindo a constituir-se como experiência política (Catroga, 1991 e 2002; Homem, 1990). Finalmente, Vasco Pulido Valente estreou uma leitura iconoclasta do regime de 1910-1926 como pouco mais que um perturbado quotidiano político e social de guerra civil endémica (Valente, 1997, 1999), contrastando fortemente com o acriticismo maçónico e politicamente correcto que servia de cartilha a muitos elogiadores do 5 de Outubro, e que a extensa obra de Raul Rego ainda ecoava nos meados da década de 80 (Rego, 1986).

Secundarizada nas preferências historiográficas dos académicos mais jovens pelo tema do Estado Novo, a historiografia da I República foi todavia abrindo novas perspectivas nos últimos vinte anos, quer no quadro das *Histórias de Portugal* dadas à estampa, quer em monografias mais especializadas. Aos nomes dos pioneiros juntaram-se outros, numa verdadeira mescla intergeracional, como os de (por ordem alfabética) Aniceto Afonso, António Costa Pinto, António José Telo, António Pedro Vicente, António Reis, António Ventura, Armando Malheiro da Silva, Ernesto Castro Leal, Fernando Farelo Lopes, Filipe Ribeiro de Menezes, Isabel Pestana Marques, João Bonifácio Serra, João Medina, Luís Farinha, Manuel Baiôa, Maria Alice Samara, Maria Cândida Proença, Miguel Nunes Ramalho, Nuno Severiano Teixeira, Rui Ramos, Sérgio Campos Matos ou Vítor Neto, entre outros. Recordando alguns, a lista não visa de forma alguma esquecer ninguém, embora com certeza o tenha feito. Presentemente, é até impossível não deixar nomes de fora, dada a salutar multiplicação de trabalhos sobre esse período. Tanto que, em 2009, para editarem a mais recente *História da Primeira República Portuguesa* disponível, Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo necessitaram de reunir os contributos de dezasseis autores-colaboradores diferentes, anunciando um trabalho «plural», ou seja, sem «apriorismos ideológicos» e tentativamente acima quer da «ortodoxia maçónico-republicanista acriticamente glorificadora», quer dos «traços grossos de uma balbúrdia terrorista e persecutória» (Rosas e Rollo, 2009: int.).

Qualquer que seja a interpretação formulável sobre o período da I República, é importante que ela se enraíze em estudo sério. O errado não está em escolher um ângulo, em tomar posição ou em formular um juízo. Está em fazê-lo com base em ideias-feitas, em palavras soltas, em preconceitos político-ideológicos ou até em comparações com outras situações políticas que são mais confusas que esclarecedoras. O que é importante, no conhecimento da I República (mesmo que este nunca admita versões definitivas), é procurar situá-la no quadro do tempo, do espaço e

dos homens que a fizeram. Só assim será possível percebê-la: que projecto era o seu, como surgiu e se desenvolveu, como triunfou, viveu e sucumbiu, que adversários e crises teve de enfrentar, que aspectos positivos e negativos teve, o que é que nela foi conjuntural e irrepetível e o que é que dela hoje resta como herança simbólica, cultural, social ou política. O actual debate historiográfico sobre a I República – na verdade sobre o *republicanismo* em Portugal – deve ir além do *regime* político, da sua prática quotidiana e da fatia temporal de 1910-1926, para tentar compreender a complexidade e a modernidade da *ideia* (ou *cultura*) republicana, bem como o choque por ela produzido no contacto com o «país real» que Portugal era no primeiro quartel do século xx. Só isso permite conferir-lhe substância e especificidade, e não descartá-la como avatar inútil do liberalismo oitocentista ou como antecâmara irrelevante e anárquica do futuro salazarismo.

A *ideia* republicana preexistiu ao regime e serviu de consciência crítica a toda a modernidade portuguesa, da Monarquia Constitucional ao final do Estado Novo. Foi ela a verdadeira *raison d'être* que levou muitos republicanos a lutarem por um poder que era um meio para um fim e não um fim em si mesmo: acordar, mobilizar e educar a nação para a maioria intelectual colectiva, que haveria de redefinir e enraizar uma nova cidadania de auto-responsabilização e de debate participado. O republicanismo era uma proposta «de matriz ontológica», um «iluminismo actualizado», assente num «optimismo gnoseológico e histórico» e numa «visão laica e prometeica da vida» que transformavam a República no «corolário lógico» da democracia e no *telos* hegeliano da perfectibilidade humana (Catroga, 1991: 168-169, 179, 196 e 364). Era em nome destes valores e aspirações que os republicanos da propaganda defendiam ser a questão política (ou social, ou económica), primordialmente uma questão *cultural* e *educativa*; e era para os cumprir que a dinâmica de acção republicana se materializava num «veemente e frequente apelo à participação política» e num «investimento doutrinal em ordem a que os indivíduos se assumissem como cidadãos» (Catroga, 1991: 309 e 320). Com o *élan* holístico de uma verdadeira «panaceia salvadora» num tempo de crise nacional generalizada, a promessa republicana não era só uma teoria social ou uma alternativa de regime – era uma «mundividência», uma «demopedia», uma «cultura cívica» sacralizada em símbolos, cultos e ritos que se destinavam a regenerar e a reviver uma pátria decadente e moribunda (Catroga, 1991: 107, 191, 377 e 451; Ramos, 2001: 349-375).

No fundo, e até 1910, o republicanismo sonhava sobretudo insuflar na *forma* do regime um *conteúdo* ou *substância* que eram republicanos por referência ao imaginário clássico de uma alma colectiva e de uma virtude cívica que inspiravam o bom governo da *Polis*. Nessa acepção, «fazer» a República não se confundia com a simples instauração de uma chefia de Estado electiva, e não já hereditária. Do

que se tratava era de conceber e realizar uma realidade nova – uma comunidade nacional de igualdade, razão, patriotismo, independência, participação e diligência (hoje dir-se-ia «proactividade» e «empreendedorismo») – em que a qualidade da democracia se aferia pela intensidade e pela dimensão, sociológica e geográfica, do diálogo, do debate, do autogoverno dos membros da *res publica*, nas ideias por eles tidas e nas medidas por eles tomadas em prol do bem comum. É nesse sentido que o republicanismo cultural e mental não era sequer um monopólio dos homens que chegaram à política em 1910: fora já a reivindicação dos monárquicos que queriam democratizar o regime mantendo o rei (Ramos, 2001: 292-296), e sê-lo-ia também de uma vasta *intelligentsia* por uma ou outra razão divorciada do regime de 1910, e cujo denominador comum, da *Renascença* de Leonardo Coimbra e do saudosismo de Teixeira de Pascoaes ao Integralismo Lusitano de António Sardinha, à *Seara Nova* de António Sérgio ou ao modernismo de Fernando Pessoa, era – como sempre fora desde o velho positivismo de Teófilo Braga – o projecto de redimir Portugal pela construção suprapartidária de uma comunidade nacional forte e autoconsciente (Ramos, 1992: 234-239).

Ora, foi por aqui que se revelou o drama estrutural da curta I República Portuguesa: a distância entre a *teoria* e a *prática*, o ideal e o real, a promessa e o resultado, a utopia inspiradora dos primórdios e a fachada basista e partidariamente monolítica que a asfixiou até 1926. O que o republicanismo quisera ser e criar em Portugal ficou muito aquém do efectivamente realizado: utilizando os velhos termos de Antero de Quental, a «república de facto» teria sido uma caricatura da «república ideal» com que muitos há muito sonhavam (Ramos, 2002: 45-48). E como muitos na altura perceberam, a Monarquia Constitucional tinha tido mais *cultura* republicana (*res publica*) do que a I República. Seguindo esta hipótese, se aquela chegara a ser, no fim, uma «monarquia *sem* monárquicos», como confessou um dia D. Carlos, esta talvez nunca tenha conseguido ser uma República *com* republicanos, na medida em que os que fizeram o 5 de Outubro enfrentaram inultrapassáveis dificuldades, antes ou depois dessa data, na tarefa de «fazer» cidadãos republicanos.

Nem é possível, aliás, perceber o que se seguiu à I República – a Ditadura Militar e o Estado Novo – sem compreender essa ratoeira, na qual ela se veio a aniquilar. «Os nossos republicanos» – salienta Fernando Catroga – «sentiram um dilema análogo ao da vanguarda revolucionária francesa de 1789: instauraram um regime que, para se consolidar, pressupunha que a reconversão das mentalidades já estivesse realizada; mas sabiam, por outro lado, que só a República poderia realizar esse desiderato, pois só ela poderia fazer republicanos» (Catroga, 1991: 455). Antes de os bolcheviques chegarem ao poder, os republicanos portugueses experimentaram assim a impossibilidade inerente a todo o radicalismo fracturante em cenário

sócio-ideológico que o não é: sem revolução não há massas ilustradas, mas sem pré-ilustração das massas nenhuma revolução pode transformar-se em regime estável. Daí a constante fuga para a frente do quotidiano republicano; daí, também, o seu autofechamento antidemocrático e o seu conseqüente défice de legitimidade. A posterior vitória política de Salazar, e ainda mais a facilidade com que ele a obteve e a quase unanimidade esperançosa que ele suscitou no Portugal pós-republicano não se desligam de uma simples evidência: em muitos aspectos, o Estado Novo não foi o carrasco, mas antes o coveiro, da liberdade ou da democracia portuguesas – isto pressupondo, e nem todos o fazem, que uma e outra tinham existido sob o império do PRP (Valente, 1997: 129-130, 1999: 251-252; Ramos, 2004a). Aliás, esta última perspectiva tem animado um nicho de trabalhos que olha a I República num exercício comparativo com o cenário internacional da crise das democracias e do advento dos autoritarismos e fascismos: enquanto uns a consideram um epílogo tardio e dissolvente do velho liberalismo em acelerado processo de falência (Pinto, 2004), outros contrapõem que o que desapareceu em 1926 não era sequer um regime liberal, ou só o era nos seus normativos legais de base, mas não por comparação com outras experiências coevas (Ramos, 2004b).

É por causa disto tudo – do discurso da propaganda e da prática do regime, da conjuntura existente em 1910 e de como ela evoluiu, muitas vezes ferida por acasos e acidentes até 1926 (a participação na Primeira Guerra terá sido o maior desses «acidentes») – que o estudo da experiência republicana e dos problemas portugueses daquele tempo carece de uma nova história política, cultural e das mentalidades que analise, interdisciplinarmente, as ideias, as imagens, as representações, os discursos, os debates, os meios de reprodução e transmissão de uma mensagem, que fizeram desse período um privilegiado espaço público para intelectuais, escritores, artistas, jornalistas e políticos. O que a I República quis ser, foi sendo e acabou por (não) ser, como encruzilhada de modernização que diversas limitações prejudicaram, é assim objecto de estudo a tratar essencialmente como *cultura* política, até hoje, porventura, em busca de *comunicação*.

2.

O conjunto de trabalhos temáticos de que se compõe este número da revista *Comunicação & Cultura* cobre aspectos muito díspares da história cultural, mental, estética, política e institucional do republicanismo e da I República Portuguesa, num arco temporal que começa ainda antes de 1910 e que termina ensaiando uma interpretação sobre os caminhos seguidos pela ideologia republicana depois de 1926.

Em «Imagens breves do republicanismo nos textos de imprensa de Eça de Queirós», Ana Teresa Peixinho realiza uma incursão pela obra queirosiana, em busca de fragmentos de escrita que permitam compreender que posicionamento Eça teve relativamente à alternativa republicana que se erguia contra a Monarquia e se disseminava no espaço público português nos finais do século XIX. O seu ponto de vista é contrafactual: «erigir o esboço de um pensamento queirosiano, que nos poderá permitir conjecturar sobre a sua reacção ao 5 de Outubro, caso a vida lho houvesse consentido». Era Eça de Queirós republicano? A resposta nunca poderá ser, de acordo com a autora, «assertiva» ou «contudente». Em 1871, na conjuntura das Conferências do Casino, quando o jovem Eça começou a firmar créditos como um dos mais lúcidos *opinion makers* do seu tempo, não parecia sê-lo. À semelhança de Antero de Quental, Eça seria mais um socialista proudhoniano do que um republicano puro, como o eram Teófilo Braga ou Guerra Junqueiro. Da República Francesa – o modelo mais falado em Portugal –, Eça teve sempre uma «visão disfórica», crítico-satírica, que muitas vezes o levou a comentar os aspectos mais negativos do «francesismo». Depois da Comuna, a França tornara-se o farol republicano de toda a Europa. Eça não achava contudo que ela fosse um regime democrático ou progressista, presa que estava de uma elite política de notáveis que cortejava mais a Rússia autocrática do que as suas próprias massas trabalhadoras. Na década de 1890, o escritor português reforçaria o seu desencanto perante a hipótese republicana mostrando-se, ao fim e ao cabo, um «vencido da vida» perante todas as formas de regime que não tocavam as pessoas e os seus problemas mais prementes. Em Abril de 1890, achou que a República nunca viria por uma adesão ideológica convicta das multidões e que, quando viesse (se viesse), seria talvez «confusão», «anarquia» e «banarrota». Em Janeiro de 1898, num panegírico dedicado à rainha D. Amélia, filosofando sobre «a incapacidade ou indiferença de monarquias e repúblicas» para melhorarem a condição humana, confessava-se «um vago anarquista entristecido, idealizador, humilde e inofensivo». Era isto que ele era, e sempre fora. Morreu em 1900, e é pouco provável, se fosse vivo e pelo que dele recorda Ana Teresa Peixinho, que Eça de Queirós tivesse aplaudido entusiasmado o triunfo dos republicanos dez anos mais tarde.

Da conjuntura da recepção do 5 de Outubro e da sua prévia preparação ideológica no microcosmos insular trata o trabalho de Susana Serpa Silva, «“Saúde e Fraternidade”: ao serviço da República nos Açores», procurando averiguar como se fez, e até onde foi possível fazer, a penetração do vanguardismo ideológico republicano emanado do «centro» (a muito politizada Lisboa), para a «periferia» geográfica do país. Na sociedade insular açoriana, mergulhada «nas rotinas quotidianas do trabalho e da iliteracia», dominada por poderes aristocrático-conservadores e

moldada pela influência de um catolicismo muito arraigado, a propaganda republicana tardou a enraizar-se e teve sempre um «lento percurso» em todas as ilhas. O caso não é surpreendente, embora possa ter o seu quê de paradoxal. Na génese do liberalismo oitocentista português, os Açores tinham ocupado um invulgar destaque e pioneirismo, caminhando bem à frente do continente. Meio século volvido sobre a guerra civil, contudo, deixaram o vanguardismo para outros, revelando-se pouco republicanos: o que no debate público açoriano de finais do século era fundamental era o conteúdo e a capacidade de o regime político vigente – fosse ele qual fosse – saber responder, a partir de Lisboa, aos anseios locais, às necessidades específicas de cada ilha e da região no seu conjunto. «O povo ignora tanto o prestígio da Monarquia quanto a razão de ser de uma República», escrevia um jornal açoriano em 1901. Se eram, e quando eram, críticos da Monarquia, os açorianos eram mais autonomistas do que propriamente republicanos, e não é impossível imaginar que os que se reclamaram do republicanismo utilizavam essa «utopia sentimental» (como lhe chamava a imprensa) como fachada instrumentalizável para as suas reivindicações autonómicas. Susana Serpa Silva chama até a atenção para a dicotomia de imaginários presentes na sociedade açoriana na transição do século: a emigração, os laços económicos e os projectos de futuro autonómico estavam mais ligados ao *eldorado* americano do que ao republicanismo de matriz francesa, cuja vulgata centralista e secularizadora o meio ilhéu recebia com a reserva levantada a todos os «arremedos de homens sem crença». Todavia, pese embora a fraca implantação dos republicanos nos Açores, o 5 de Outubro não foi ali hostilizado. A transição de regime chegou por telégrafo e foi anunciada em mornas solenidades públicas a partir das capitais distritais; nas repartições, mudou o pessoal político e substituiu-se o «Em nome de Sua Majestade» pela mais democrática fórmula «Saúde e Fraternidade». Houve uma expectativa benevolente inicial de que a nova Lisboa republicana pudesse ser politicamente favorável às ambições autonómicas locais. Mas o divórcio entre os açorianos e a jovem República começou escassas duas semanas depois do 5 de Outubro, quando o Governo Provisório incendiou os ânimos locais ao decretar a extinção do Tribunal da Relação dos Açores.

A incompreensão das massas e a sua hipotética deserção para o campo dos inimigos «reaccionários» foi sempre uma obsessão do poder republicano, particularmente do Partido Democrático de Afonso Costa (o herdeiro do PRP da propaganda), que se instalou duradouramente no poder pouco depois do 5 de Outubro. Quando a Primeira Guerra Mundial chegou, a decisão afonsista de envolver o país no conflito, quer por razões internacionais, quer sobretudo para forçar a coesão nacional em torno de um projecto manifestamente patriótico, constituiu a mais arriscada das opções da República, custando-lhe a curto prazo uma pesada factura

económico-social, e a médio prazo a sua própria viabilidade político-institucional como regime. Entre 1914 e 1918, «vender» a causa da guerra à opinião pública portuguesa tornou-se o mais premente desafio da retórica e da comunicação políticas da I República. É disso que fala Noémia Malva Novais, em «*Portugal perante a guerra*. Argumentação e eficácia persuasiva na escrita de João Chagas».

O estudo analisa um opúsculo que João Chagas redigiu em 1915, como carta aberta à nação portuguesa, servindo de repositório da argumentação guerrista. Chagas era um panfletário moderno, ciente da importância de sintonizar o poder com a opinião, convencendo-a da bondade de uma causa que estava longe de ser uma «evidência cartesiana» no Portugal do tempo, como resume a autora. O inimigo invisível da retórica de João Chagas era Brito Camacho, cujo discurso anti-guerrista no jornal *A Lucta* era preciso contrariar, quebrando as reservas que vastos sectores da sociedade portuguesa (da Igreja aos monárquicos, das classes operárias às forças armadas) nutriam em relação à guerra. Noémia Novais explora o escrito de João Chagas na sua motivação, dispositivos de linguagem, conteúdo-mensagem e relação emissor-meio-receptor, tratando-o como uma peça da moderna arte da retórica destinada a persuadir multidões de potenciais leitores – idealmente, a nação inteira. O pressuposto da análise é nietzschiano: «A retórica é republicana», dizia Nietzsche, porque só numa República, enquanto regime de debate, é necessário ao poder realizar um fluxo comunicacional que consiste, seguindo a enunciação da autora, em ensinar/informar, mover/comover sentimentos e seduzir/encantar as massas. A escrita de João Chagas era portanto um esforço de «comunicação persuasiva», que apresentava a guerra como «acto necessário, redentor da humanidade», travada em nome «dos valores da liberdade, da democracia e da própria paz» e do superior «interesse nacional» pela promessa de engrandecimento que dava ao país. Chagas escrevia três anos antes do traumático desastre militar do CEP em La Lys, na Flandres; o seu esforço era o típico da «*agit-prop*» belicista que arrastou o impreparado Portugal para a primeira grande guerra de morticínio generalizado. Depois dela, a Europa e o Mundo nunca mais foram os mesmos – e o Portugal republicano também não.

A cultura portuguesa do pós-guerra, e em particular o meio jornalístico, é o cenário do artigo de Luís Trindade, «Um cartaz espantando a multidão. António Ferro e outras almas do modernismo banal». Partindo da ideia de que a I República foi um tempo de profundas transformações no regime de circulação de imagens, o autor detecta o momento em que a natureza, o significado e os usos dessas mesmas imagens mudaram. Da tradicional iconografia doutrinária do republicanismo positivista que vinha do século XIX, «oriundo do livro e da escrita», transitou-se para um paradigma novo, feito de «imediatismo não reflexivo» na utilização da imagem,

o qual, triunfante na era do cinema, se revelaria depois mais adaptado à simplicidade e naturalidade da estética salazarista do que à expressão (visualização/representação) da construção intelectual literária de raiz oitocentista, que servira a Monarquia terminal e na qual se desenvolvera o republicanismo. A cultura do pós-guerra foi o momento e o cenário dessa transformação, embora prenunciada já pela revolução imagética ocorrida na transição do século, quando a informação jornalística começou a ser embelezada e visualmente potenciada com novos arranjos gráficos de títulos e de imagens mais ou menos sensacionalistas. Nos anos 20, com o «novo» *Diário de Notícias* de Augusto de Castro ou o recém-criado *Diário de Lisboa*, a imprensa quis-se próxima do cinema (a grande novidade do tempo), da peça teatral, da dança, da música e do movimento, ao jeito de uma «indústria cultural» que deveria – como dizia Walter Benjamin acerca do dadaísmo – «produzir os efeitos que o público hoje procura no cinema». Foi esta motivação que Luís Trindade detectou no surgimento de uma nova escrita e de um novo escritor – o «literato-jornalista», como António Ferro, ou o «coreógrafo de ideias», como Almada Negreiros. Ambos «escreviam o movimento», colocando-se «no próprio acto da escrita», para, através dela, fazerem viver na página impressa toda a agitação, a cor, o som e a fluidez dos tempos modernos – a era da mecanização, da urbanização, da *jazz-music*, da boémia lisboeta e da vida nocturna. Daí o redobrado êxito da reportagem, tornada mais estilo e conteúdo do que pura forma jornalística; daí a prosa nova, que deveria, como explicou António Ferro, «passar a buzinar, atropelando tudo», fazendo o jornal «ser ecrã» porque, mais do que escrever para fixar e representar a realidade exterior, queria-se movimentar, através da palavra impressa, uma realidade imponderável, rápida e fragmentária. Quando dirigiu a revista *Ilustração Portuguesa* (entre 1921 e 1924), Ferro exortava os jornalistas-repórteres a «inventarem» Lisboa através de «faculdades fílmicas», definindo o papel *couché* como «o ecrã dos magazines». Para Luís Trindade, o modernismo jornalístico apostava assim em «dramatizar o quotidiano» a uma escala que o republicanismo sensacionalista nunca atingira, abrindo a porta a que o repórter interferisse no acontecimento relatado, invertendo «a relação tradicional entre realidade e arte» e visando «inscrever esta naquela». Por isso, a partir do visionarismo de António Ferro e de outros estetas do seu tempo, e muito para lá de 1926, o modernismo rompeu com a tradicional ideia de que a imprensa *contava* o mundo, eventualmente esclarecendo-o e mobilizando-o para a luta ideológica; doravante, a imprensa, como as artes, *participaria* no mundo, investindo na linguagem das imagens, própria da era do cinema, para acelerar o movimento frenético desse mesmo mundo.

Não terá sido apenas à opinião pública mais esclarecida, do pensamento, das letras e das artes, que os ruidosos e loucos anos 20 pareceram o fim de uma

era e o início de outra. O século xx, de facto, só cronologicamente começou em 1900; e em Portugal esse começo tanto pode ser fixado em 1910 como, num certo (e europeu) sentido, após o abalo causado pela Primeira Guerra Mundial. Para os políticos da I República, foi no rescaldado dos custos da guerra, do revivalismo católico em torno de Fátima, da experiência messiânica de Sidónio Pais e do sobressalto monárquico de 1919 que tudo pareceu ter mudado no horizonte do regime. É essa mudança, e o debate que ela motivou, que são tratados no artigo de Luís Farinha, «Ditadura ou Revolução? A herança política e os caminhos incertos dos herdeiros da I República».

O impasse político que paralisou o regime nos anos 20 foi o resultado final do crónico desajustamento sempre existente entre a missão de «salvar a Pátria», que o republicanismo desde os primórdios se dera a si próprio, e as decepções por ele semeadas «aos primeiros choques com a realidade». Num país analfabeto e pobre, conservador e clerical, o republicanismo vivera geograficamente cercado (o PRP era um partido lisboeta), e sociologicamente circunscrito (os republicanos eram a pequena burguesia citadina). Depois, como lembra Luís Farinha, o regime existiu internamente dividido desde o início, com um «centrão» dominante que nunca abriu espaço a um rotativismo democrático de partidos, empurrando para a conspiração as direitas externas e internas à República (monárquicos, unionistas e evolucionistas), e as esquerdas, socialista, sindicalista e anarquista. Esse bloqueamento da alternância criado pelo quase-monopólio de um partido dominante (o Partido Democrático), cedo retirou ao regime quaisquer válvulas respiratórias. É por isso que, de acordo com o autor, «é até bem mais espantosa a longevidade da República do que a sua queda». Depois de 1918 e até 1926, o desafio consiste portanto em saber se ela ainda (sobre)viveu pela réstea da sua original «força galvanizadora», ou se por pura passividade e cansaço cívicos dos portugueses. Nos anos 20 – o período tratado por Luís Farinha –, com um Partido Democrático esfacelado em facções e com um bloco nacionalista-conservador de centro-direita a ganhar cada vez mais adeptos, «o regime convertera-se em mais um problema a resolver no país», levando «republicanos de todos os matizes» a admitirem a hipótese de uma ditadura temporária e saneadora como via de regeneração do republicanismo.

Sem se perceber esta transmutação do sentimento público, não se percebe o beco sem saída em que viveram os últimos governos de António Maria da Silva, nem a larga expectativa benevolente com que foi acolhido o golpe militar do 28 de Maio de 1926. Unidos no que não queriam, os políticos e *opinion makers* do tempo não se entendiam, porém, acerca do que seria o caminho a trilhar: deveria o 28 de Maio produzir um simples interregno parlamentar clarificador ou constituir-se como o início de uma ordem radicalmente nova? Sabe-se qual foi o desfecho

deste dilema português: o que Luís Farinha mostra é a intensa luta ideológica que ele suscitou na segunda metade da década de 1920, entre os muitos executores testamentários que tomaram nas mãos a herança do republicanismo. O percurso de Francisco Cunha Leal, particularizado pelo autor, é sintomático dos caminhos percorridos pelos herdeiros da I República: tendo percebido que a Ditadura Militar resultara da «desordem» pré-1926 e que os novos donos do poder tinham vindo para ficar, Cunha Leal lutou, como muitos outros, na frente do «reviralhismo» republicano, até ao momento em que Salazar se sentou na cadeira do poder, dizendo, com a retórica paternalista e sibilina que lhe era própria, que não estava ali para curar a democracia e regressar à República, mas para trocar aquela pela ordem, fundando uma *outra* República, de matriz antiliberal e corporativa. No exílio galego, em 1932, Cunha Leal comentaria a vitória salazarista, envolvendo-a todavia num juízo de valor sobre o próprio regime de 1910-1926: «Nem queremos o passado, que não deixou saudades, nem o presente que não nos honra.» O Estado Novo nasceu e prosperou capitalizando os erros e os excessos da I República; por isso, como se conclui da análise de Luís Farinha, quem por ela lutou na oposição a Salazar não queria o regresso ao passado. Aquilo com que sonhavam – um regime de liberdades e garantias, de «escrutínio livre dos governantes» e «representação democrática da nação soberana» – era diferente daquilo que existira até 1926.

Um século volvido sobre a primeira experiência republicana portuguesa, as suas esperanças e ilusões iniciais, o seu voluntarismo ideológico, messianismo social e vanguardismo político, as suas opções e erros táticos, as circunstâncias adversas da conjuntura e o cerco dos inimigos constituem um complexo de avaliação histórica tão difícil quanto é fácil o juízo rápido, de senso comum, sobre a sua incompreendida bondade ou a sua incorrigível maldade. Na entrevista deste número, intitulada «República e republicanismo: passado, presente e futuro», Manuel Braga da Cruz reflecte sobre as ideias que informaram a cultura do republicanismo e as práticas que marcaram o quotidiano da I República. Da conversa resultou um retrato do regime de 1910-1926 menos convencional e mais crítico do que o transmitido por alguma ortodoxia vigente. Ideologicamente moderno, progressista, liberal e civicamente emancipador, o republicanismo acabou, na óptica de Manuel Braga da Cruz, por materializar um regime «muito debilmente implantado no país», que dividiu os portugueses, alienando o que deveria ter sido a sua base social de apoio através da estratégia – erradamente seguida – do confronto, sobretudo com a Igreja Católica na decisiva «questão religiosa». Incapaz de realizar os consensos necessários a uma sã gestão da *res publica*, crescentemente isolado pelo laicismo radical que quis impor a uma nação que nele não se revia, o poder republicano abriu o flanco a todas as oposições, e em particular ao

bloco monárquico-católico, ao mesmo tempo que se fechou em práticas repressivas, liquidando a imagem de um regime aberto. Para Manuel Braga da Cruz, a I República teria assim acabado por ser democrática apenas nas ideias e não numa prática quotidiana que, em alguns aspectos, foi «quase tão autoritária como o salazarismo» e no seu todo (descontada alguma obra educativa), «um tremendo fracasso» económico, financeiro, social e político. Em todo o caso um fracasso útil, porquanto a memória da distância republicana entre a promessa e a realidade não deixou de informar positivamente a génese do actual regime democrático português, implantado em 1974-76. Como Manuel Braga da Cruz ironiza, Afonso Costa esteve muito presente, mas pela negativa, em todo o PREC; e terá sido o fantasma de um novo radicalismo jacobino, sob outra designação política, que terá guiado a maioria dos portugueses para o desfecho final desse mesmo PREC, com a vitória, constitucionalizada em 1976, de um regime pluralista, multipartidário e democrático, sem questão religiosa nem confronto civil crónico.

3.

Na actual III República Portuguesa – posto que, na sua definição constitucional, o Estado Novo não deixou de ser um regime republicano –, o estudo do período de 1910-1926 impõe-se como tarefa histórica urgente, mas também como desafio mais geral, de compreensão política, de auto-reflexão cívica e de amadurecimento da cidadania. Num tempo de comemorações mais ou menos mediáticas, são necessárias ocasiões e instrumentos para uma reflexão desapassionada que vá mais além da condenação sumária ou da glorificação acrítica da I República Portuguesa. Na diversidade dos seus contributos individuais e na saudável diferença dos pontos de vista dos autores que para ele contribuíram, produzindo várias «Imagens da República», é essa a intenção deste número da revista *Comunicação & Cultura*.

BIBLIOGRAFIA

- AMEAL, João (1940), *História de Portugal*, Porto: Livraria Tavares Martins.
- CABRAL, Manuel Villaverde (1988), *Portugal na Alvorada do Século XX. Forças sociais, poder político e crescimento económico*, 2.ª ed., Lisboa: Editorial Presença [1.ª ed.: 1979].
- CASTRO, Armando de (1979), *A Economia Portuguesa do Século XX (1900-1925)*, Lisboa: Edições 70.
- CATROGA, Fernando (1991), *O Republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de Outubro de 1910*, Coimbra: Faculdade de Letras [edição alargada de *A Formação do Movimento Republicano, 1870-1883*, estudo policopiado de 1977].
- CATROGA, Fernando (2002), «O Republicanismo como Projecto», *A República Ontem e Hoje* (coord. António Reis), Lisboa: IHC-UNL/Edições Colibri, pp. 33-39.
- FERRÃO, Carlos (1963), *Em Defesa da República*, Lisboa: Editorial Inquérito.
- FERRÃO, Carlos (1966), *A Obra da República*, Lisboa: O Século.
- FERREIRA, David (1973), *História Política da Primeira República Portuguesa*, Lisboa: Livros Horizonte.
- HEYWOOD, Andrew (1997), *Politics*, Londres: Macmillan.
- HOMEM, Amadeu Carvalho (1990), *A Propaganda Republicana (1870-1910)*, Coimbra: Coimbra Editora.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1980), *A Primeira República Portuguesa: Alguns aspectos estruturais*, 3.ª ed., Lisboa: Livros Horizonte [1.ª ed.: 1971].
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1991), *Portugal da Monarquia para a República, 1900-1930*, Lisboa: Presença.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1997), *Guia de História da 1.ª República Portuguesa*, 2.ª ed., Lisboa: Editorial Estampa [1.ª ed.: 1981].
- MCLEAN, Iain (1996), *The Concise Oxford Dictionary of Politics*, 1.ª ed., Londres/Nova Iorque: Oxford University Press.
- MEDEIROS, Fernando (1978), *A Sociedade e a Economia Portuguesas nas Origens do Salazarismo*, Lisboa: A Regra do Jogo.
- OLIVEIRA, José Lopes de (1947), *História da República Portuguesa. A Propaganda na Monarquia Constitucional*, Lisboa: Editorial Inquérito.
- PINTO, António Costa (2004), «A Queda da 1.ª República Portuguesa: Uma interpretação», *Elites e Poder. A crise do sistema liberal em Portugal e Espanha, 1918-1931* (ed. Manuel Baião), Évora: CIDEHUS/Edições Colibri, pp. 165-183.
- PINTO, Ricardo Leite (2001), «Uma Introdução ao Neo-Republicanismo», *Análise Social*, n.º 158-159, Lisboa: ICS, pp. 461-485.

- RAMOS, Rui (1992), «A Ideia Republicana e a História da República em Portugal (a propósito de alguns livros recentes)», *Análise Social*, n.º 115, Lisboa: ICS, pp. 229-239.
- RAMOS, Rui (2001), *A Segunda Fundação (1890-1926)*, 2.ª ed., Lisboa: Estampa.
- RAMOS, Rui (2002), «O Sentido Histórico da I República Portuguesa», *A República Ontem e Hoje* (coord. António Reis), Lisboa: IHC-UNL/Edições Colibri, pp. 45-53.
- RAMOS, Rui (2004a), «O Dia dos Equívocos», *Outra Opinião. Ensaios de História*, Lisboa: O Independente, pp. 24-34.
- RAMOS, Rui (2004b), «Foi a Primeira República Um Regime Liberal? Para uma caracterização política do regime republicano português», *Elites e Poder. A Crise do Sistema Liberal em Portugal e Espanha, 1918-1931* (ed. Manuel Baiôa), Évora: CIDEHUS/Edições Colibri, pp. 185-246.
- REGO, Raul (1986), *História da República*, Lisboa: Círculo de Leitores.
- ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda (coord.) (2009), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa: Tinta-da-China.
- SCRUTON, Roger (1982), *A Dictionary of Political Thought*, 1.ª ed., Londres: Macmillan Press/Pan Books.
- VALENTE, Vasco Pulido (1997), *A «República Velha» (1910-1917)*, 2.ª ed., Lisboa: Gradiva [1.ª ed., como artigo: 1992].
- VALENTE, Vasco Pulido (1999), *O Poder e o Povo. A Revolução de 1910*, 3.ª ed., Lisboa: Gradiva [1.ª ed.: 1976].
- WHEELER, Douglas L. (1985), *História Política de Portugal, 1910-1926*, Mem Martins: Publicações Europa-América [1.ª ed. nos EUA: 1978].